

Resultados obtidos em 2017: Aos senhores Acionistas e demais interessados:

Anaconda Industrial e Agrícola de Cereais S.A., em decorrência das disposições estatutárias e legais apresenta aos senhores Acionistas e ao público em geral o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial e as Demonstrações de Resultados, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Considerações gerais em relação ao exercício de 2017: Apesar da permanência política conturbada, o ano de 2017 foi marcado por expressiva melhoria dos indicadores econômicos culminando num PIB de 1% na superação do período recessivo iniciado no segundo trimestre de 2014. Cabe dizer, entretanto, que os fatos indiscutivelmente positivos da conjuntura macroeconômica identificados em 2017 ainda não foram suficientes para compensar os fortes impactos no consumo das famílias provocados pela recessão e que tiveram consequências negativas para o segmento de farinhas, massas, pães e biscoitos. Com a redução da Receita Líquida, coube ao Moinho Anaconda realinhar despesas, otimizar estoques de matéria-prima e produto acabado sem, contudo, comprometer o cronograma de implantação de melhorias já previstos no Orçamento.

Expectativas para 2018: A Administração está otimista no cenário externo, ainda que as maiores economias do mundo tenham grandes entraves no campo diplomático para evolução das relações comerciais, a Administração entende que a elevada liquidez financeira mundial continuará a favorecer os mercados emergentes, com fluxos expressivos de divisas e que o Brasil deverá ser beneficiado por esse cenário global. No mercado interno, não obstante os gigantescos desafios políticos que se apresentam neste ano eleitoral, a Administração acredita suas projeções otimistas aos indicadores econômicos que apontam para uma continui-

dade da expansão. É convicção dos gestores do Moinho ANACONDA que as ações do governo para melhora do crédito, que a continuidade no aumento do número de postos de trabalho e que a melhora no indicador de confiança dos empresários são dados suficientes para uma aposta em bons resultados. O compromisso da empresa permanece sendo o de oferecer produtos e serviços de excelência, manter rigoroso controle de despesas, nenhuma alavancagem financeira, estoques de matéria-prima técnica e economicamente equilibrados e fortalecimento do relacionamento com clientes.

	2017	2016
EBITDA	569.157	656.009
Receita Líquida	112.693	131.070
Receita Financeira Líquida	(16.485)	(19.795)
Depreciações	5.034	4.981
Imposto de Renda e CSLL	46.005	54.654
Total Ebitda	147.247	170.910
% Ebitda s/ Receita Líquida	25,9%	26,1%

A receita líquida da ANACONDA somou R\$ 569,2 milhões em 2017, uma redução de 13,23 % em relação ao ano de 2016 (R\$ 656,0 milhões).

O lucro líquido do exercício de 2017 foi de R\$ 112,7 milhões, com margem líquida de 20,0%. No ano de 2016 o lucro líquido foi de R\$ 131,1 milhões, representado assim, uma redução no lucro líquido do exercício do ano de 2017 em 14,04 % em comparação com o exercício de 2016.

O retorno verificado no ano de 2017 foi de 33,3% sobre o patrimônio. No mesmo período do ano de 2016 foi de 36,5%.

A geração de valor calculada pelo método EBITDA para o exercício de 2017 foi de 25,9%, no ano de 2016 a geração representou 26,1 %.

Geração de Valor – EBITDA/Receita Líquida – %

O índice de liquidez no ano de 2017 apresentou o percentual de 5,7% e no ano de 2016 o índice encontrava-se em 5,6%.

Agradecimento: Agradecemos o apoio e a participação dos Srs. Acionistas, clientes, colaboradores, fornecedores, órgãos governamentais e da comunidade financeira nos resultados até então alcançados.

São Paulo, 12 março de 2018
A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO *Em milhares de reais*

Ativo Circulante	Nota	2017	2016
Caixa e equivalentes de caixa	7	160.180	169.956
Contas a receber de clientes	8	42.603	45.785
Estoque	9	80.427	98.320
Impostos a recuperar	10	7.229	7.848
Adiantamento a fornecedores		108	247
Demais contas a receber		1.097	581
Total do ativo circulante		291.645	322.737
Não circulante			
Impostos a recuperar	10	13.593	9.016
Depósitos judiciais	18	1.773	1.264
Total do ativo não circulante		15.366	10.280
Propriedade para investimento	11	4.254	4.545
Imobilizado	12	86.234	82.605
Intangível	13	2.085	2.250
		107.938	99.680
Total do ativo		399.583	422.417

Passivo e patrimônio líquido Circulante	Nota	2017	2016
Fornecedores	14	9.963	10.675
Salários e encargos sociais	15	5.777	5.051
Impostos a recolher	16	1.629	2.109
Imposto de renda e contribuição social	25	20.467	25.706
Dividendos a pagar	20	12.232	12.490
Demais contas a pagar		1.387	1.158
Total do passivo circulante		51.455	57.189
Não circulante			
Provisão para contingências	18	1.823	1.474
Tributos diferidos	25	3.843	2.895
Outras provisões	19	3.565	1.864
Total do passivo não circulante		9.231	6.233
Total passivo		60.686	63.422
Patrimônio líquido	20		
Capital social		168.943	168.943
Reserva legal		33.789	32.690
Reservas de retenção de lucros		136.165	157.362
		338.897	358.995
Total do passivo e do patrimônio líquido		399.583	422.417

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

	2017	2016
Em 1º de janeiro de 2016		
Lucro líquido do exercício	—	—
Total de contribuições aos acionistas e transações com acionistas		
Juros sobre o capital próprio – R\$ 0,451 por ação (Nota 20)	—	—
Pagamento de dividendos (Nota 20)	—	(98.205)
Dividendos propostos – R\$ 0,049 por ação	—	—
Outras destinações		
Reserva legal	—	6.553
Retenção de lucros	—	99.205
Total das transações com acionistas		6.553
Em 31 de dezembro de 2016	168.943	32.690
Lucro líquido do exercício	—	—
Total de contribuições aos acionistas e transações com acionistas		
Juros sobre o capital próprio – R\$ 0,451 por ação (Nota 20)	—	—
Pagamento de dividendos (Nota 20)	—	(108.176)
Dividendos propostos – R\$ 0,049 por ação	—	—
Outras destinações		
Reserva legal	—	1.099
Retenção de lucros	—	86.979
Total das transações com acionistas		1.099
Em 31 de dezembro de 2017	168.943	33.789

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 *Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma*

	Nota	2017	2016
Receita líquida de vendas	21	569.157	656.009
Valor residual dos produtos vendidos	22	(343.787)	(410.100)
Lucro bruto		225.370	245.909
Recargas (despesas) operacionais			
Despesas com vendas	22	(54.594)	(54.303)
Despesas administrativas	22	(29.408)	(31.735)
Outras receitas operacionais, líquidas	23	846	6.056
		(83.157)	(79.981)
Lucro operacional		142.213	165.928
Recargas (despesas) financeiras, líquidas			
Receitas financeiras	24	17.058	20.314
Despesas financeiras	24	(573)	(519)
		16.485	19.796
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		158.698	185.724
Corrente		(45.215)	(54.040)
Diferido		(790)	(614)
Imposto de renda e contribuição social	25	(46.005)	(54.654)
Lucro líquido do exercício		112.693	131.070
Lucro líquido por ação do capital social – R\$	26	2,2260	2,5890

1. Informações gerais

A Anaconda Industrial e Agrícola de Cereais S.A. (ou "Companhia") foi constituída em 27 de novembro de 1951, com sede na cidade de São Paulo, sendo seus acionistas pessoas físicas e jurídicas. A Companhia tem por objeto social: (i) a industrialização e comercialização de farinhas em geral e misturas prontas, bem como os seus derivados, tais como germen de trigo e farelo de trigo; (ii) a fabricação e comercialização de produtos alimentícios em geral para consumo humano; (iii) a industrialização e o comércio de produtos destinados à alimentação animal; e (iv) importação dos produtos que se relacionem com seu objeto social. A Companhia opera com duas fábricas industriais localizadas em São Paulo – São Paulo e Curitiba – Paraná as quais estão interligadas com suas seis filiais (2017 – seis filiais). A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 12 de março de 2018.

2. Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

2.1. Base de preparação: As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3, que correspondem à perda estimada de créditos de liquidação duvidosa, provisão para contingências.

2.2. Reapresentação das cifras comparativas: Ajustes que afetam exclusivamente a apresentação da demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Em 2017, a administração da Companhia procedeu uma revisão completa da apresentação de custos e despesas segundo o critério contábil de apresentação do resultado por função. Como resultado desta análise, identificou-se a necessidade de reclassificar, na demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, valores relacionados com despesas de vendas, no valor total de R\$ 13.855, que haviam sido apresentadas na rubrica de custo dos produtos vendidos, como também valores relacionados com despesas administrativas, no valor total de R\$ 16.480, que haviam sido apresentadas na rubrica de despesas de vendas. Conseqüentemente, as seguintes reclassificações foram efetuadas na demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2016:

Originalmente apresentado	Reclassificação	Reapresentado
Receita líquida de vendas	656.009	656.009
Custo dos produtos vendidos	(423.954)	13.855
Lucro bruto	232.054	245.909
Despesas operacionais		
Despesas com vendas	(56.927)	2.624
Despesas administrativas	(15.254)	(16.480)
Outras receitas operacionais, líquidas	6.056	—
	(66.126)	(79.981)
Lucro operacional	165.928	165.928

lidos quanto ao seu valor recuperável nas datas de balanço. Em caso de perda por desvalorização (*impairment*), esta é imediatamente reconhecida no resultado. Estoques incluem ainda materiais de manutenção (almoarifado) e outros materiais são registrados com base no custo de aquisição e baixados como custo da produção por ocasião do consumo ou obsolescência. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

2.8. Adiantamentos a fornecedores: As contas de adiantamentos a fornecedores são avaliadas pelo custo e registradas no estoque na conta "importação em andamento" e estão relacionados a antecipações de caixa e equivalentes de caixa para fornecedores de trigo. As contas de adiantamento a fornecedores para aquisição de bens do ativo imobilizado são avaliadas pelo custo e registradas no imobilizado na conta de "imobilizações em andamento".

2.9. Propriedades para investimento: Propriedade para investimento são propriedades e edificações mantidas pelo proprietário, ou pelo arrendatário segundo contrato de arrendamento financeiro, para rendimento de aluguéis ou valorização ou ambos, e não para: (a) uso na produção de bens ou serviços ou para fins administrativos; ou (b) venda no curso das atividades normais do negócio. A Companhia é proprietária de quatro galpões que são mantidos para rendimentos de aluguéis de longo prazo e para valorizações. Os imóveis não são ocupados pela Companhia. A propriedade para investimento é contabilizada pelo custo menos depreciação e qualquer provisão para perda acumulada. O custo representa o custo histórico de aquisição. O valor justo dos imóveis utilizados como propriedade para investimento, estimado por profissional especialista e independente, está divulgado na Nota 11.

2.10. Imobilizado: Terrenos e edificações compreendem, principalmente, os moinhos, localizados em São Paulo e Curitiba, e a sede corporativa em São Paulo. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado e todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A Companhia adota como procedimento revisar periodicamente os bens do ativo imobilizado para verificação de possíveis perdas. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 *Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma*

	2017	2016
Lucro líquido do exercício	112.693	131.070
Outros resultados abrangentes	—	—
Total da demonstração do resultado abrangente	112.693	131.070

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO *(Em milhares de reais)*

	2017	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	158.698	185.724
Ajustes		
Depreciação e amortização	5.034	4.981
Valor residual do ativo imobilizado baixado	425	162
Constituição (reversão) de provisão para créditos de realização duvidosa	—	—
Constituição (reversão) de provisão para contingência	117	(207)
Contas a receber de clientes	349	(1.313)
Estoque	164.623	189.347
Impostos a recuperar	3.066	(3.035)
Adiantamentos a fornecedores	17.893	10.343
Depósitos judiciais	(3.958)	(9.815)
Demais contas a receber	139	(185)
Fornecedores	(509)	(558)
Salários e encargos sociais	(516)	(61)
Impostos a recolher	(712)	1.700
Demais contas a pagar e outras provisões	726	451
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(480)	17.633
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	1.930	1.722
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Imposto de renda e contribuição social pagos	182.202	207.542
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(53.057)	(54.238)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível	(8.922)	(5.806)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(8.922)	(5.806)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Dividendos pagos	(110.857)	(102.223)
Juros sobre o capital próprio pagos	(19.143)	(20.143)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(130.000)	(122.366)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(9.776)	25.132
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	169.956	144.824
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	160.180	169.956

2.3. Conversão de moeda estrangeira: (a) Moeda funcional e moeda de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$ (reais), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação.

(b) Transações e saldos: As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, quando os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, no resultado financeiro em variação cambial líquida. As principais transações em moeda estrangeira da Companhia correspondem às contas a pagar de fornecedores relacionados às importações de trigo e de máquinas e equipamentos.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos inferiores a 90 dias e com um risco insignificante de mudança de valor.

2.5. Ativos financeiros: 2.5.1. Classificação: A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob a categoria de empréstimos e recebíveis, não existindo, nas presentes demonstrações financeiras, ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, mantidos até o vencimento e disponíveis para a venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Empréstimos e recebíveis: Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os "caixa e equivalentes de caixa", "contas a receber de clientes" e "demais contas a receber". Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.5.2. Impairment de ativos financeiros: A Companhia avalia na data de cada exercício se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem, dentre outros: (i) dificuldade financeira relevante do emissor; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal; (iii) quando se torna provável que o devedor entrará em falência ou em recuperação judicial; Para os ativos financeiros registrados ao custo amortizado, o valor do *impairment* corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada na taxa de juros efetiva original do ativo financeiro. O valor contábil é reduzido por meio de provisão para créditos de realização duvidosa. O teste de *impairment* dos devedores por vendas, serviços e financiamentos, está descrito na Nota 2.12.

2.6. Contas a receber de clientes: As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de farinha de trigo, misturas prontas, bem como derivados de trigo, tais como germen e farelo de trigo e de seus derivados, no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a perda estimada de créditos de liquidação duvidosa ("*impairment*"). O *impairment* do contas a receber é estabelecido quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor do *impairment* do contas a receber é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

2.7. Estoques: Os estoques, compostos de trigo in natura, semi-elaborado e produtos acabados derivados do trigo, são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é pela média ponderada móvel da aquisição ou de fabricação. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e gastos gerais de produção relacionados (com base na capacidade operacional normal). Os estoques são ava-

luidos quanto ao seu valor recuperável nas datas de balanço. Em caso de perda por desvalorização (*impairment*), esta é imediatamente reconhecida no resultado. Estoques incluem ainda materiais de manutenção (almoarifado) e outros materiais são registrados com base no custo de aquisição e baixados como custo da produção por ocasião do consumo ou obsolescência. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

2.8. Adiantamentos a fornecedores: As contas de adiantamentos a fornecedores são avaliadas pelo custo e registradas no estoque na conta "importação em andamento" e estão relacionados a antecipações de caixa e equivalentes de caixa para fornecedores de trigo. As contas de adiantamento a fornecedores para aquisição de bens do ativo imobilizado são avaliadas pelo custo e registradas no imobilizado na conta de "imobilizações em andamento".

2.9. Propriedades para investimento: Propriedade para investimento são propriedades e edificações mantidas pelo proprietário, ou pelo arrendatário segundo contrato de arrendamento financeiro, para rendimento de aluguéis ou valorização ou ambos, e não para: (a) uso na produção de bens ou serviços ou para fins administrativos; ou (b) venda no curso das atividades normais do negócio. A Companhia é proprietária de quatro galpões que são mantidos para rendimentos de aluguéis de longo prazo e para valorizações. Os imóveis não são ocupados pela Companhia. A propriedade para investimento é contabilizada pelo custo menos depreciação e qualquer provisão para perda acumulada. O custo representa o custo histórico de aquisição. O valor justo dos imóveis utilizados como propriedade para investimento, estimado por profissional especialista e independente, está divulgado na Nota 11.

2.10. Imobilizado: Terrenos e edificações compreendem, principalmente, os moinhos, localizados em São Paulo e Curitiba, e a sede corporativa em São Paulo. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado e todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A Companhia adota como procedimento revisar periodicamente os bens do ativo imobilizado para verificação de possíveis perdas. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

Vida útil	Em anos
Edificações	30 a 70
Máquinas e equipamentos	5 a 38
Equipamentos de informática e veículos	5
Móveis e utensílios	10
Benefícios em terrenos	10
Benefícios em imóveis de terceiros	(*)

(*) De acordo com o prazo de locação do imóvel.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

2.11. Ativos intangíveis: (a) Softwares: As licenças de *softwares* são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos *softwares* de até cinco anos. Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos: • É tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso. • A administração pretende concluir o *software* e usá-lo ou vendê-lo. • O *software* pode ser vendido ou usado. • Pode-se demonstrar que é provável que o <



ANACONDA INDUSTRIAL E AGRÍCOLA DE CEREIS S.A.

CNPJ/MF nº 60.728.029/0001-16 – Companhia Fechada

... continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ANACONDA
FARINHA DE TRIGO

da variação do CDI), sendo que os ganhos realizados e não realizados no valor de R\$ 16.605 (2017 R\$ 18.862), são reconhecidos na demonstração do resultado (Nota 24).

8. Contas a receber de clientes

	2017	2016
Clientes nacionais	43.589	46.655
Provisão para créditos liquidação duvidosa	(986)	(869)
	<u>42.603</u>	<u>45.785</u>

Em 31 de dezembro de 2017, do saldo das contas a receber de clientes vencidos acima de 180 dias, no valor de R\$ 970 (2016 – R\$ 1.028), encontravam-se vencidos e foram totalmente provisionados. Referem-se a uma série de clientes de pequeno porte para os quais e, quando aplicável, já foram iniciadas as cobranças judiciais. A análise de vencimento dessas contas a receber está apresentada abaixo:

	2017	2016
A vencer		
De 1 a 30 dias	35.780	39.959
De 31 a 60 dias	2.347	2.719
Total a vencer	<u>38.127</u>	<u>42.678</u>
Vencidos		
De 1 a 30 dias	4.077	2.888
De 31 a 60 dias	336	3
De 91 a 120 dias	6	4
De 121 a 180 dias	73	55
De 181 a 360 dias	585	243
A mais de 361 dias	385	784
Total vencidos	<u>5.462</u>	<u>3.977</u>
Contas a receber de clientes	<u>43.589</u>	<u>46.655</u>

As movimentações na provisão para perdas por valor recuperável de contas a receber de clientes da Companhia são as seguintes:

	2017	2016
Em 1º de janeiro	869	1.076
Adições (reversões por recebimento)	986	(207)
Baixa com incobráveis	(869)	–
Em 31 de dezembro	<u>986</u>	<u>869</u>

9. Estoques

	2017	2016
Produto acabados	4.667	5.998
Produtos em elaboração	2.268	1.669
Matérias-primas	68.670	74.522
Insumos de produção e embalagens	2.587	2.601
Almoxarifado	2.235	2.037
Importação em andamento	–	11.939
	<u>80.427</u>	<u>98.320</u>

12. Imobilizado

	Terrenos	Edificações e instalações	Máquinas e equipamentos	Outros (i)	Total em operação	Obras em andamento (ii)		Imobilizado total
						custo	depreciação acumulada	
Saldos em 1º de janeiro de 2016	16.249	13.540	48.303	2.456	80.548	1.136	–	81.684
Aquisições	–	1.601	2.572	1.321	5.494	(432)	–	5.062
Transferências	–	612	(115)	(27)	470	(470)	–	–
Valor residual dos bens baixados	–	(4)	(73)	(85)	(162)	–	–	(162)
Depreciação	–	(694)	(2.606)	(675)	(3.975)	–	–	(3.975)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<u>16.249</u>	<u>15.055</u>	<u>48.081</u>	<u>2.991</u>	<u>82.376</u>	<u>232</u>	<u>–</u>	<u>82.605</u>
Custo total	16.249	30.145	116.736	9.158	172.287	234	–	172.519
Depreciação acumulada	–	(15.090)	(68.655)	(6.167)	(89.912)	–	–	(89.914)
Valor residual	<u>16.249</u>	<u>15.055</u>	<u>48.081</u>	<u>2.991</u>	<u>82.376</u>	<u>232</u>	<u>–</u>	<u>82.605</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2017	16.249	15.055	48.081	2.991	82.376	232	–	82.605
Aquisições	496	964	3.301	973	5.734	2.687	–	8.421
Valor residual dos bens baixados	–	(4)	(115)	(87)	(206)	(218)	–	(425)
Depreciação	–	(780)	(2.810)	(778)	(4.368)	–	–	(4.368)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>16.745</u>	<u>15.235</u>	<u>48.459</u>	<u>3.097</u>	<u>83.536</u>	<u>2.698</u>	<u>–</u>	<u>86.234</u>
Custo total	16.745	31.035	116.009	8.454	172.243	2.698	–	174.941
Depreciação acumulada	–	(15.800)	(67.550)	(5.357)	(88.707)	–	–	(88.707)
Valor residual	<u>16.745</u>	<u>15.235</u>	<u>48.459</u>	<u>3.097</u>	<u>83.536</u>	<u>2.698</u>	<u>–</u>	<u>86.234</u>

(i) O saldo de "Outros" inclui equipamentos de informática, móveis e utensílios e veículos, cujos valores residuais em 31 de dezembro de 2017 correspondem a R\$ 1.411, R\$ 711 e a R\$ 974, respectivamente (2016 – R\$ 1.384, R\$ 827 e a R\$ 780, respectivamente). (ii) Bens em construção representados substancialmente por R\$ 2.698, estão relacionados a reformas e instalações nos moinhos de Curitiba e de São Paulo e compras de equipamentos (2016 – R\$ 232).

13. Intangível

	Softwares (i)	Marcas e patentes		Total
		2017	2016	
Saldos em 1º de janeiro de 2016	5.713	53	–	5.766
Aquisição (i)	744	–	–	744
Amortização	(714)	–	–	(714)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<u>5.743</u>	<u>53</u>	<u>–</u>	<u>5.796</u>
Custo total	6.457	53	–	6.510
Amortização acumulada	(4.260)	–	–	(4.260)
Valor residual	<u>2.197</u>	<u>53</u>	<u>–</u>	<u>2.250</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2017	2.197	53	–	2.250
Aquisições	501	–	–	501
Amortização	(666)	–	–	(666)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>2.032</u>	<u>53</u>	<u>–</u>	<u>2.085</u>
Custo total	6.958	53	–	7.011
Amortização acumulada	(4.926)	–	–	(4.926)
Valor residual	<u>2.032</u>	<u>53</u>	<u>–</u>	<u>2.085</u>

(i) Os saldos correspondem, substancialmente, a softwares adquiridos para a administração fiscal e comercial.

14. Fornecedores

	2017	2016
Fornecedores de trigo		
Nacional	1.669	2.740
Importado	–	2.635
Fornecedores de materiais e serviços	8.294	5.300
	<u>9.963</u>	<u>10.675</u>

15. Salários e encargos sociais

	2017	2016
Férias e encargos	3.279	2.933
Salários e encargos	1.409	1.083
Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) a recolher	771	730
Instituto Nacional de Seguridade Social (FGTS) a recolher	254	247
Outros salários e encargos a pagar	64	56
	<u>5.777</u>	<u>5.051</u>

16. Impostos a recolher

	2017	2016
ICMS a recolher	760	1.246
Imposto de renda retido a recolher	728	742
Outros impostos a recolher	141	121
	<u>1.629</u>	<u>2.109</u>

O custo dos estoques reconhecido no resultado e incluído em "Custo dos produtos vendidos" totalizou R\$ 343.787 no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (2016 – R\$ 410.100).

10. Impostos a recuperar

	2017		2016	
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Ativo circulante	Ativo não circulante
ICMS a recuperar (aquisições de imobilizado) (i)	527	314	940	459
PIS e COFINS (ii)	6.631	13.279	6.789	8.354
Outros impostos a recuperar	71	–	119	203
Total dos impostos a recuperar	<u>7.229</u>	<u>13.593</u>	<u>7.848</u>	<u>9.016</u>

(i) Referem-se aos créditos fiscais de ICMS originados pelas aquisições de imobilizado destinado aos moinhos da unidade de Curitiba-PR e São Paulo-SP. (ii) A partir de 2016, a administração modificou seu processo de compensação de créditos de PIS e COFINS com outros impostos federais. A administração decidiu por solicitar o ressarcimento dos créditos acumulados de PIS e COFINS, atualizado de acordo com análises internas, a expectativa de ressarcimento dos referidos créditos ocorrerá em aproximadamente 18 meses a partir do pedido de ressarcimento, razão pela qual a administração da Companhia decidiu pela apresentação do ativo realizável a longo prazo. O montante de R\$ 6.623, referem-se aos créditos fiscais de PIS e COFINS registrados no ativo circulante (R\$ 13.279, registrados no ativo não circulante) provenientes da aquisição de matéria prima, especialmente trigo, e serviços que foram acumulados no exercício de 2017 e de 2016.

11. Propriedade para investimento

O valor de custo destes ativos é representado por:

	2017	2016
Edificações – galpões	7.278	4.253
	(3.025)	(4.253)
	<u>4.253</u>	<u>–</u>

A propriedade para investimentos da Companhia refere-se aos galpões localizados no próprio terreno do Moinho de São Paulo, os quais são alugados para terceiros, conforme receita reconhecida no resultado de 2017 e de 2016, detalhado na Nota 23. Conforme facultado pelo CPC 28, a Companhia decidiu avaliar seus imóveis para investimento ao custo histórico menos depreciação acumulada. Adicionalmente, para fins exclusivos de divulgação em notas explicativas, o valor justo do terreno e dos galpões foi determinado em transações observáveis no mercado devido à natureza do imóvel e à existência de dados comparáveis. Em dezembro de 2017, tendo como referência laudo de avaliação de ativo elaborado por especialista independente, a avaliação do valor justo da propriedade para investimento sofreu alteração relevante em relação à avaliação efetuada anteriormente, resultado no montante de R\$ 48.247 (2016- R\$ 42.414).

17. Partes relacionadas

Remuneração do pessoal-chave da administração: Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia registrou o montante de R\$ 4.182 (2016 – R\$ 5.632) relativo à remuneração do pessoal-chave da administração.

18. Provisão para contingências

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a Companhia apresentava os seguintes passivos relacionados às contingências:

(i) **Trabalhistas, previdenciárias e tributárias**

	2017		2016	
	Provisão para Depósitos Judiciais	Provisão para contingências	Provisão para Depósitos Judiciais	Provisão para contingências
Trabalhistas	161	1.697	161	1.391
Tributárias (ii)	1.839	1.239	–	–
Demais	–	126	1	213
Contingências com depósitos judiciais	(227)	–	(137)	(137)
Apresentação líquida dos depósitos judiciais	<u>1.773</u>	<u>1.823</u>	<u>1.264</u>	<u>1.474</u>

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada por seus assessores legais externos. A natureza das obrigações se refere substancialmente a contingências trabalhistas e previdenciárias decorrentes de reclamações de empregados. Em 31 de dezembro de 2017, o saldo da provisão para contingências trabalhistas no montante de R\$ 1.697 (2016 – R\$ 1.391), foi considerado como suficiente para cobrir eventuais perdas decorrentes de decisões desfavoráveis na conclusão desses processos. Parte dos processos foi avaliada pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, não sendo provisionados tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. Os depósitos judiciais foram reclassificados e estão sendo apresentados deduzindo o valor do passivo conforme estabelecido pela norma contábil que trata das provisões, passivos, contingências passivas e ativas. (ii) **Tributárias:** Em 31 de dezembro de 2017, o montante dos processos tributários reclamados pela Secretaria da Fazenda do Estado do Mato Grosso, pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo e pela Secretaria da Receita Federal em São Paulo, que, de acordo com a administração e assessores jurídicos, foram avaliados com riscos de perda possível e remota, em razão exclusivamente da opinião dos assessores jurídicos, não foi constituída provisão, desconsiderando o desembolso estimado pela Empresa. (a) A movimentação da provisão nos exercícios de 2017 e de 2016 está demonstrada a seguir:

	Trabalhistas	Tributárias	Outras	Total
Em 1º de janeiro 2016	266	7	7	280
Adições	1.504	–	227	1.731
Pagamentos	(379)	–	(21)	(400)
Em 31º de dezembro 2016	<u>1.391</u>	<u>7</u>	<u>213</u>	<u>1.611</u>
Adições	327	–	–	327
Pagamentos	(21)	(7)	(87)	(115)
Em 31º de dezembro 2017	<u>1.697</u>	<u>–</u>	<u>126</u>	<u>1.823</u>

(b) **Perdas possíveis, não provisionadas no balanço:** A Companhia possui ações de naturezas tributárias no valor de R\$ 22.699, (substancialmente representado por auto de infração relacionados com a não homologação do Pedido Eletrônico de Ressarcimento ou Restituição e Declaração de Compensação (PER/DCCOMP) no valor de R\$ 19.163 com a Secretaria da Receita Federal do Estado de São Paulo) e trabalhistas no valor de R\$ 624, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída. Os valores de perda possível por natureza estão apresentados a seguir:

	2017	2016
Trabalhista	624	534
Tributária	22.699	18.201
Cível	38	42
	<u>23.361</u>	<u>18.777</u>

Não é esperado a ocorrência de qualquer passivo relevante resultante dos passivos contingentes, além daqueles provisionados.

19. Outras provisões

Os valores de R\$ 3.565 (2016 R\$ 1.864), referem-se a créditos tributários sobre PIS e COFINS registrados em sua contabilidade referente as transações com importações, energia elétrica, fretes, alugueis com galpões, aquisição de ativo imobilizado, materiais intermediários e serviços utilizados como consumo, que serão discutidos na esfera administrativa. A Companhia decidiu constituir provisão dos créditos no valor de R\$ 2.756 para eventuais perdas que venham ocorrer e foi constituída provisão para pagamento de honorários advocatícios no eventual ganho dos créditos discutidos, no valor de R\$ 809.

20. Patrimônio líquido – (a) Capital social: O capital social, em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 no valor de R\$ 168.943, é representado por 25.312.760 ações ordinárias e por 25.312.760 ações preferenciais, sem valor nominal. A companhia possui ações preferenciais que não dão direito a voto, mas desfrutam de vantagens como a prioridade no reembolso do capital em caso de liquidação da sociedade e participam em igualdade de condições com as ações ordinárias em quaisquer outras vantagens. (b) **Reservas de lucros:** (i) **Reserva legal:** A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital. (ii) **Reserva de retenção de lucros:** Reserva constituída com base nos lucros auferidos em exercícios anteriores e não distribuídos aos acionistas, cuja destinação será decidida pelos próprios acionistas em Assembleia Geral. (c) **Juros sobre o capital próprio e distribuição de lucros:** Em conformidade com a Lei nº 9.249/95, a administração da Companhia aprovou, em atas de reunião do Conselho de Administração, realizadas durante o exercício, a distribuição a seus acionistas de juros sobre o capital próprio, calculados com base na variação da Taxa de Juros a Longo Prazo (TJLP). Em atendimento à legislação fiscal, o montante dos juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 22.383 – (2016 – R\$ 22.821), foi contabilizado como despesa financeira. No entanto, para efeito destas demonstrações financeiras, os juros sobre o capital próprio são apresentados como distribuição do lucro líquido do exercício, conforme previsto nas práticas contábeis adotadas no Brasil. (d) **Dividendos:** (i) **Dividendos obrigatórios:** Conforme estabelecido no estatuto social da Companhia é assegurado aos acionistas um dividendo mínimo obrigatório de 2% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. A proposta de dividendos consignados nas demonstrações financeiras está sujeita à aprovação da Assembleia dos Acionistas. A apuração dos dividendos referente ao resultado apurado durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 são como segue:

	2017	2016
Lucro líquido do exercício	112.693	131.070
(-) Reserva legal	(1.099)	(6.554)
Lucro líquido do exercício disponível para distribuição	<u>111.594</u>	<u>124.516</u>
Dividendos mínimos obrigatórios, conforme previsão estatutária – 2%	<u>2.232</u>	<u>2.490</u>

Pagamentos efetuados aos acionistas

	2017	2016
Dividendos mínimo obrigatório	2.232	2.490
Juros sobre o capital próprio provisionados	<u>22.383</u>	<u>22.821</u>
	<u>24.615</u>	<u>25.311</u>

Percentual de dividendos propostos e pagos em relação ao lucro líquido do exercício

	22%	19%
(ii) Dividendos complementares pagos e a pagar: Em 6 de janeiro de 2017, foram pagos os dividendos e juros sobre capital próprio aprovados em ata de reunião de outubro de 2016 no montante de R\$ 5.918 e R\$ 4.082, respectivamente. Em 24 de abril de 2017, por meio da Ata de reunião do Conselho de Administração, foi aprovado e pago a distribuição de dividendos, relativos ao exercício de 2016, no valor de R\$ 55.000. Em 9 de outubro de 2017, por meio da Ata de reunião do Conselho de Administração, foi aprovado o pagamento de dividendos complementares ao exercício de 2016 no valor de R\$ 49.939, cujo valor foi pago em 18 de outubro de 2017, e provisionamento de juros sobre capital próprio do período de janeiro a setembro de 2017, no valor R\$ 17.719, cujo valor também foi pago em 18 de outubro de 2017. Em 9 de outubro de 2017, por meio da Ata de reunião do Conselho de Administração, foi aprovada a distribuição de juros sobre capital próprio relativo ao período de outubro a dezembro de 2017, no valor de R\$ 4.664, e dividendos no valor de R\$ 6.036, cujos valores foram pagos em 9 de janeiro de 2018. A movimentação dos dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 é demonstrada conforme segue:		

	2017	2016
Saldo inicial	12.490	12.365
Dividendos provisionados	110.666	100.727
Juros sobre o capital próprio provisionados	19.025	19.398
Dividendos pagos	(110.857)	(99.858)
Juros sobre o capital próprio pagos	(19.143)	(20.143)
Outros	51	–
Saldo final	<u>12.232</u>	<u>12.490</u>

21. Receitas de vendas

	2017	2016
Mercado interno – produtos	605.262	698.459
(-) Impostos incidentes sobre vendas	(29.911)	(29.012)
(-) Devoluções e descontos	(11.014)	(12.152)